ATA N.º 7/2022

SESSÃO ORDINÁRIA DE 16/12/2022

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

-----Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício "Mira Center", sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador 1º secretário e pela Sr.ª Regina Serrano 2ª secretária. ----------

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):----------

----- PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento----------

----- PONTO DOIS: Aprovação do orçamento e plano orçamental plurianual, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2023, nos termos do disposto no artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação ----------

----- PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do nº. 1 do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do protocolo celebrado com a Junta de Freguesia do Seixo, para limpeza da Zona Industrial de Mira e Zona Industrial de Mira – Polo II.----------

-----PONTO QUATRO: Alteração do plano de investimentos 2021/22 – ABMG ----------

-----PONTO CINCO: Aprovação de memorando entendimento cluster energético de Mira, nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação----------

-----PONTO SEIS: Declaração de interesse público municipal para a concretização de um cluster energético, ao abrigo da alínea r) do nº1 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro----------

-----PONTO SETE: Aprovação, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e alínea g) do nº 1 do 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Regulamento Municipal de Segurança da Informação----------

-----PONTO OITO: Aprovação da delimitação de AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem), conforme previsto na alínea b), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.---------

-----PONTO NOVE: Delimitação de AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem) - Autorização para celebração de contrato de delegação de competências entre o Município e a CIM-RC, ao abrigo do disposto no n.º 1, alínea ccc) do artigo 33.º, conjugado com o n.º 1, da alínea k) do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.--

-----PONTO DEZ: Integração de área, para acesso público, no domínio público municipal, nos termos do disposto da alínea ccc), do nº. 1, do artº. 33º., da lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.----------

-----PONTO ONZE: Nomeação de auditor externo, responsável pela certificação legal de contas do Município de Mira, nos termos do nº. 1, do artº. 77º. da Lei nº. 73/2013, de 03 de setembro.----------

-----PONTO DOZE: Designação do fiscal único da empresa "Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. – ABMG", nos termos das disposições conjugadas do artº. 25º. e do nº. 3, do artº. 26º., da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, na atual redação e artº. 415º. do Código das Sociedades Comerciais.----------

-----PONTO TREZE: Apreciação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da execução do contrato de delegação de competências na CIM-Região de Coimbra para execução da "Eurovelo 1"----------

----- PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação sobre emissão de parecer favorável ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental –

estudo prévio "Fase III da Unidade Aquícola em Mira", de acordo com o previsto na alínea b), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação ----------

-----PONTO QUINZE: Tomada de conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2023 e do Relatório de Execução do 1º Semestre de 2022 da ABMG, EIM, SA, ao abrigo do previsto no nº 1 do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Sociais) ----------

-----PONTO DEZASSEIS: Alteração, por adaptação, do Plano Diretor Municipal de Mira à 3.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Praia de Mira, nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio - tomada de conhecimento ----------

----- PONTO DEZASSETE: Assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da "Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais" - Tomada de conhecimento ----------

---- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e os vereadores/a Artur Fresco, Tiago Cruz, Madalena Santos e Bruno Alcaide. -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL----------

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, Paulo Jorge Santos Grego, José Luis Pimentel Lavrador, João Luis dos Santos Marques de Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos Nora, Guida Filomena de Jesus Reigota substituída por Maria Clara Clemente, Eurico Petronilho Martins, Manuel Ferreira Inocêncio, Telma Milene Magueta Salvador, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho substituída por Carolina Neves Reigota, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, António Manuel Teixeira da Silva, Sara Patrícia Ferreira Braguez, Marta Sofia Cunha e Silva, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Fernando Manuel Miranda

Capelôa substituído por Fernando de Jesus Patarra, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Rui Pedro Pinho Rocha, dos Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos. ----------

-----FALTAS ----------

-----Verificou-se a falta de: Guida Filomena de Jesus Reigota, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho e Fernando Manuel Miranda Capelôa.----------

----- HORA DE ABERTURA ----------

----- Os trabalhos tiveram início às catorze horas e cinquenta minutos, após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. ----------

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** tomou o uso da palavra cumprimentando todos os presentes, de seguida deu a palavra à representante do grupo presente, a Cercimira. ----------

-----De salientar aquela intervenção não teve autorização, ao abrigo da lei de proteção de dados, para ser filmada e transmitida on-line. ----------

-----Interveio a **Representante do Grupo da Cercimira**, a Sra. Sílvia que passou a ler o seguinte: ----------

-----"Ex.mo Senhor Presidente, da Assembleia Municipal, ----------

-----Ex.mo Senhor Presidente, da Camara Municipal, ----------

-----Ex.mos Vereadores, ----------

-----Ex.mos Senhores e Senhoras ----------

-----Nós somos o grupo de autorrepresentantes da CERCIMIRA com o nome "sem barreiras "em, homenagem ao nosso fundador, Dr. Eduardo Barreira, que na sua vida sempre defendeu e nos ensinou que "somos todos iguais nas diferenças de cada um". Existimos desde 1999, no seio organizacional da instituição onde estamos inseridos. ----------

-----A Autorrepresentação tem implícito o direito que as pessoas com deficiências e incapacidades têm de falar e decidir em causa própria, têm direito à tomada de decisão e que este direito deve ser respeitado. ----------

-----O grupo reúne na primeira semana de cada mês. Debatemos variados temas relacionados com o universo da deficiência, quer na sociedade e cidadania igualitárias, dentro e fora da CERCIMIRA, construindo opinião sobre o nosso quotidiano. Desejamos e trabalhamos para a qualidade de vida das pessoas com deficiência e o melhoramento de instalações e serviços.----------

-----Todo o cidadão português tem direitos e deveres. Procuramos exercer os direitos e cumprir os deveres. Queremos ter uma voz ativa, falar por nós e por todos os que não se conseguem exprimir oralmente. Queremos abrir horizontes para o exterior da nossa CERCIMIMIRA, para a sociedade mirense e chamar atenção dos nossos governantes locais para assuntos importantes para nós. Como cidadãos portugueses que somos, queremos fazer cumprir o princípio de igualdade da Constituição Portuguesa que, no artigo 13º diz: "Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei."----------

-----Sabemos, porque sentimos isso todos os dias, que o compromisso para uma sociedade inclusiva está muito longe do desejável. Nem todos podem aceder a todos os recursos em condições de igualdade. Continuamos a apelar para a remoção das barreiras arquitetónicas, a apelar para a colocação de meios que nos proporcionem o acesso a bens e serviços, continuamos a apelar para a criação de condições que nos façam sentir cidadãos livres para tomarmos as nossas próprias decisões sem que o meio boicote esse sentido de liberdade.---

-----Estamos aqui para apresentar a nossa total disponibilidade para um trabalho conjunto com a autarquia, queremos ser ouvidos para que juntos possamos tornar o nosso município mais inclusivo. Falarem de nós connosco… sentimos as dificuldades, sentimos a angustia, nos sentimos! Queremos ajudar a nossa autarquia a fazer mais e melhor.----------

-----Somos uma terra que tem um misto de campo e praia, atividades desportivas e culturais das mais variadas vertentes e todos nós, cidadãos do município, podemos e devemos usufruir do que nos têm para oferecer. ----------

-----Decidimos assim, numa ótica de colaboração com o município, partilhar algumas das necessidades observadas no nosso quotidiano: ----------

-----1. Acessibilidades aos edifícios públicos do Registo Civil----------

-----Todas as pessoas precisam de se deslocar ao Registo Civil para fazer ou renovar o cartão de cidadão ou até mesmo tratar de outro assunto. No caso da pessoa com mobilidade reduzida, não consegue aceder a este mesmo serviço, que é essencial, devido ao serviço estar num edifício com escadas e com um elevador que não tem capacidade para transportar uma cadeira de rodas e que, por sua vez, a maior parte das vezes não está a funcionar. ----------

-----Queremos ser autónomos e ter acesso aos serviços como qualquer outra pessoa. ----------

-----2. Ausência de passadeiras no areal até à zona de banhos ----------

-----Temos disponível uma cadeira anfíbia, que nos permite desfrutar das nossas águas, mas não o conseguimos fazer sem o apoio de outros. O acesso à zona de banhos com passadeiras, capazes de suportar uma cadeira de rodas, permitiria assegurar a utilização deste serviço com conforto, segurança, independência e maior autonomia.----------

-----3. Melhoramentos na piscina municipal. ----------

-----Usamos a piscina municipal frequentemente e coisas simples podem ser feitas para que possamos desfrutar de forma mais segura e independente.

Os balneários precisam de estar equipados com barras de segurança para que nos possamos apoiar no banho.----------

-----A rampa de entrada para a zona da piscina tem um declive demasiado acentuado, constituindo um perigo eminente para quem tem dificuldades motoras. ----------

-----Em tempos tivemos disponível uma cadeira de acesso à piscina (elevador). Era bastante útil e confortável, mas infelizmente está avariada… ----------

-----Deixamos alguns dos exemplos que nos temos vindo a deparar e consideramos, devido à frequente utilização, ser urgente uma solução. ----------

-----Mais uma vez, apresentamos a nossa total disponibilidade para sermos auscultados pela equipa de promoção das acessibilidades (se a mesma já existe), sempre que assim o entenderem. Propomos a criação de um grupo de trabalho para que juntos possamos ser um município inclusivo e que corresponda ao desafio legislativo. ----------

-----Muito gratos ficamos pela vossa atenção.----------

-----Mira, 16 de dezembro 2022 ----------

-----Sílvia Caetano----------

-----(A líder)----------

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, que agradeceu a intervenção e disse-lhes que eram sempre bem-vindos à Assembleia Municipal e que era necessário haver alertas como aqueles que se tinham escutado ali. Relembrou o trabalho excecional do Dr. Eduardo Barreira. ----------

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que agradeceu aquela intervenção e deixou ali o seu reconhecimento ao Dr. Barreira. ----------

-----Disse que seria uma honra criar aquele grupo de trabalho (no início de janeiro) para lhes poder explicar algum do trabalho que já estava a ser feito e poderem em conjunto trabalhar e decidir no que poderia vir a ser feito. ----------

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** (PS) que cumprimentou todos e congratulou tudo o que havia sido dito até aquele ponto e quis mostrar solidariedade da parte da bancada do PS, disponibilizando alguém, se assim o entendessem, para aquele grupo de trabalho que ia ser criado. ----------

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) que cumprimentou todos os presentes e que tal como colega, Paulo Grego do PS, também a bancada do

PSD estava solidária com as necessidades que ali foram apresentadas e estavam disponíveis para integrar a comissão.----------

-----Disse que sem dúvida, na sociedade atual era dever de todos defender uma sociedade inclusiva. ----------

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) cumprimentando todos e dizendo que o Chega estava sempre solidário com aquelas causas e que também podiam contar com sua bancada para fazer parte da comissão. --------

----- APROVAÇÃO DE ATAS: ----------

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que cumprimentou todos e disse que ao ler aquela ata queria invocar o artigo nº42 do Regimento daquela Assembleia Municipal. Mais disse, em algumas atas eram alterados ou omitidos conteúdos importantes, tal como, o ponto quinze daquela ata. Disse querer mostrar ali o sentido de voto vencido pelos factos que apresentou. ----------

-----Ata nº6 de 28 de setembro de 2022: submetida a votação foi aprovada por unanimidade. ----------

-----O **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) apresentou uma declaração de voto no qual fazia uma observação, que nem sempre eram esplanadas as suas intervenções (encorando-as a uma frase ou duas) naquela ata, além de retirar questões formuladas pela bancada e não respondidas pelo executivo, também no ponto quinze disse faltar intervenções. Da parte do Chega, ia haver sempre correções, bem como, declaração de voto a partir daquele momento. ----------

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, relembrando que as atas eram síntese do que era dito por cada deputado e que cada um podia sempre, fazer chegar aos serviços municipais as suas correções se assim o entendessem. Mais disse, que intervenções muitas vezes não correspondiam àquilo que, se calhar, cada um pensava e queria transmitir. ----------

-----PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA ----------

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra aos **Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia** ----------

----- Interveio a **Sra. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos**, que cumprimentou todos e aludiu para o facto que a sua intervenção estar relacionado com o ponto dois da ordem de trabalhos. Nesse sentido, queria saber se ia haver na Extensão de Saúde, valorização do espaço para proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde e aos seus utentes e se na área da educação ia haver intervenção nos edifícios educativos, uma vez, que os mesmos já apresentavam alguma degradação. ---

-----Questionou acerca das ajudas para as associações para a sua freguesia, uma vez que as mesmas promovem várias atividades e levam o nome do concelho mais além. ----------

-----Voltou a frisar o mau estado do piso/estradas e com este tempo chuvoso há uma degradação mais acelerada do mesmo. Questionou qual era a previsão da limpeza da vala velha. ----------

-----Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo**, que cumprimentou todos e começou a sua intervenção informando da situação relativa aos madeireiros e o uso abusivo que os mesmos tinham, quanto ao uso abusivo dos caminhos agrícolas. Disse que a Junta de Freguesia do Seixo tinha feito uma queixa ao ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e foi marcada uma reunião com aquelas entidades mais a CMM e no decorrer da mesma, o ICNF demarcou-se daquela situação alegando que os madeireiros estavam à conta de outros que não o ICNF. No entanto, chegou-se a uma possível solução que era uma fiscalização conjunta em que o ICNF se comprometeu a avisar a Câmara Municipal de quando havia madeireiros a trabalhar e identificar os sítios para se deixarem os sobrantes. Ficou ainda, um compromisso de as três entidades limparem os maiores montes de resíduos que até aquele momento eram usados para todo o depósito do lixo. Os mesmos encontrar-se-iam nas florestas do Seixo. ----------

-----Disse saber que a CMM tinha recebido o galardão da Bandeira Verde e informou que a Junta de Freguesia do Seixo também se candidatou, entregando todos os elementos necessários no passado mês de novembro. ----------

-----Falou ainda de algumas necessidades da sua freguesia nomeadamente, pavimentação total e não parcial (somente nos rasgos), disse ter entregue uma lista das ruas que a seu entender eram as prioritárias pedindo assim ao executivo que analisasse. ----------

-----Deixou um alerta para a limpeza de valas, pois, até ao momento não tinham havido cheias, mas com toda a chuva que tinha havido e que iria haver, tinha de se ter alguma cautela e prevenção. ----------

---- Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira**, que passou a dizer/ler o seguinte: ----------

-----"Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mira, Sr. Nelson Maltez, na sua pessoa cumprimento toda a mesa.----------

-----Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira, Dr. Raul Almeida, na sua pessoa cumprimento todos os vereadores.----------

-----Cumprimento todos os deputados da assembleia municipal, os elementos dos gabinetes e chefes de divisão que dão apoio a esta assembleia, comunicação social e a todos os que assistem a partir de casa.----------

-----Quero felicitar todo o executivo Municipal pelo trabalho e empenho que estão a desenvolver nas várias áreas no Concelho de Mira, mercado de Natal, acesso ao centro de saúde de mira com a rua dos bombeiros, o átrio que está em fase final dos trabalhos, o arranjo da rua óscar moreira da silva, entre outros. ---------

-----Nos últimos dias o país foi fustigado por grandes inundações, felizmente o nosso concelho não teve situações graves, mas isso deve-se ao trabalho de prevenção efetuado um agradecimento aos Bombeiros V. de Mira, proteção Civil de Mira, GNR de Mira e a todos os agentes envolvidos. Para vosso conhecimento informo que foi aceite uma terceira equipa de prevenção permanente (EIP), para o Concelho de Mira.----------

-----*Lembro que após estas chuvas, deve ser feita uma intervenção para tapar os buracos provocados pela chuva.* ----------

-----*Termino desejando a todos os presentes um Santo e Feliz Natal, e a todos os Mirenses.* ----------

-----Ressalvou que a intervenção do público, nomeadamente, a Cerci, disse que as palavras proferidas tinham mexido consigo. ----------

---- Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, cumprimentando todos e dirigiu-se à mesa questionando se o e-mail que havia recebido (reencaminhado da DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais) ia ser discutido durante aquela sessão. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Assembleia** disse que havia recebido aquele e-mail e o tinha reencaminhado de seguida aos presidentes de junta e líderes de bancada. O e-mail, de uma forma mais simples, dizia que os presidentes de junta eram deputados municipais por inerência, não deviam participar nas aprovações de protocolos ou transferências de competências naquilo que dizia respeito às suas freguesias. ----------

-----Disse que se podia falar sobre aquele parecer numa altura em que houvesse algum documento anteriormente referido para votação. ----------

-----Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, que trazia quatro áreas concretas e objetivas. A primeira estava relacionada com o estacionamento e sinalética na travessa Arrais Manuel Maria Patrão que, durante a pandemia foi instalada provisoriamente uma esplanada junto ao antigo "Country Bar" tendo a mesma sido removida antes do início da época balnear 2022, na mesma altura foi instalada, sinalética provisória, segundo a informação que o Executivo na altura. Pelo que deveria ter sido removida no mesmo momento da retirada da referida esplanada, mas, até o momento não tinha acontecido, a Junta de Freguesia propôs para aquela Travessa e para aquela rua, remarcação de estacionamento e alteração do lado do estacionamento,

invertendo-o e também a marcação das entradas. Disse que ia remeter o pedido por escrito. ----------

-----Mais uma vez, insistiu para o pagamento da verba de 651,90€ relativamente à reparação do palheiro do jardim de infância e se a resposta fosse positiva pretendia saber quando e como ia ser feito pagamento. ----------

----- O terceiro ponto era sobre a floresta, pedindo ao senhor Presidente da Câmara que informasse qual foi valor total que o município de mira recebeu com a venda de madeiras provenientes da floresta desde 2017 até 2022. ----------

-----Por fim, quis saber sobre a videira, nomeadamente, último ponto da ordem de trabalhos da última Assembleia Municipal. Foi uma tomada de conhecimento sobre um processo de inspeção, no entanto, segundo o Senhor Presidente da Câmara, o referente assunto estava em constante evolução, e desse modo queria saber qual era o ponto de situação naquele momento. Ainda acerca daquele tema, questionou quem eram os proprietários daqueles terrenos denominados de “baldios” e se existiam “baldios” na Videira do Sul. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou pela freguesia dos Carapelhos, dizendo que houve um mapeamento das extensões de saúde à ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P, sobre as necessidades de intervenção nas várias extensões de saúde, entre elas, a dos Carapelhos. No entanto, informou que não havia uma boa comunicação entre a ARSC e os mais diversos municípios. Informou que um dos objetivos seria aquelas extensões ficarem identificadas para que pudessem submeter candidatura ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência logo que surgisse uma oportunidade. ----------

-----Quanto aos equipamentos escolares a situação era semelhante, havia sinalização dos mesmos e a solução na sua opinião passava pelo programa Portugal 2030. ----------

-----O apoio às associações era feito anualmente através da análise de um formulário próprio (com os demais critérios) e havia também os apoios

extraordinários como por exemplo o apoio extraordinário à Confraria dos Nabos para alguns eventos pontuais. ----------

-----Esclareceu que a competência das limpezas das valas era da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, mas as intervenções nas valas iam sendo feitas pelos serviços e também se chagaria à vala velha. ----------

-----Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, informou que estava em conversações com a ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara e o empreiteiro, no sentido de se conseguir fazer mais alguma pavimentação para além do rasgo, no entanto, o que for a mais teria de ser suportado pelo Município uma vez que na empreitado só estava a pavimentação do rasgo. ----------

-----Passou à Freguesia de Mira, onde referiu que com as chuvas atuais os buracos se agravavam e as pavimentações acentuavam a sua degradação, mas não era o momento para intervenção enquanto houvesse aquelas condições meteorológicas. ----------

-----Passou à Freguesia da Praia de Mira, onde disse que ia ser retirado o sinal na Travessa Arrais Manuel Maria Patrão. Quanto à verba de 651,90€ confirmou que ia ser paga até ao final do ano. Em relação à floresta, disse que entre 2017 e 2022 a CMM havia recebido cerca de 2 milhões de euros. ----------

-----Relativamente à Videira relembrou que a CMM tinha sido alvo de inspeção em 2014/2015 pela Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território – IGAMAOT e foram verificadas situações irregulares, onde constava a Videira. Foi criado um grupo de trabalho para encontrar o melhor caminho/ soluções, o mesmo concluiu que a solução passava por um plano de pormenor. Da última Assembleia Municipal até aquela tinha havido uma reunião com técnicas especializadas entre elas a Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira da Universidade de Coimbra que estava a dar o acompanhamento e assessoria técnica e jurídica especializada naquela área. O passo seguinte era fazer um desenho técnico da área (aperfeiçoar o existente), fazer um enquadramento histórico no sentido de justificar o porquê daquela situação ao

longo daqueles anos (terrenos que tinham sido ocupados por pessoas sem os mesmos serem seus, por exemplo). Após os passos anteriores, teria de ser criada uma comissão de acompanhamento que reunisse "à mesa" as várias entidades (CCDR, APA, reserva agrícola, entre outras) para poderem dar um parecer técnico/prévio. ----------

-----Ressalvou que o Município sozinho não conseguia resolver o problema, daí precisarem daquelas entidades. Mas, se aquelas entidades forem intransigentes, nomeadamente, a APA, a Reserva Agrícola, o ICNF, o passo seguinte era ir ao Governo, na pessoa do Sr. Ministro do Ambiente (e os demais que tutelam as entidades referidas) explicar e dizer-lhes que se os pareceres das entidades não viessem conformes, o governo tinha responsabilidades com todos (CMM, Assembleia Municipal e os demais). ----------

-----Voltou a dizer que o proprietário dos terrenos era o Município de Mira e que não haviam baldios. ----------

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** que passou a ler para conhecimento de todos a comunicação da DGAL, da qual tinha sido referenciado pelo Sr. Francisco Reigota: ----------

-----*"Pode o Presidente da Junta de freguesia, enquanto membro por inerência da assembleia municipal, participar na discussão e votação de contratos interadministrativos de delegação de competências e/ou atribuição de subsídio financeiro relativos à freguesia a cujo executivo preside?* ----------

-----*Solução Interpretativa* ----------

-----*Quanto à intervenção de um presidente de junta de freguesia na/enquanto membro da assembleia municipal que integra, quando esteja em causa a atribuição de um subsídio à sua própria freguesia, afigura-se haver impedimento por se encontrar em conflito ou potencial conflito de interesses, na medida em que representa simultaneamente o órgão que beneficia do subsídio. O mesmo se conclui quanto à intervenção em contrato interadministrativo de delegação de competências entre ambas as pessoas coletivas a cujos órgãos o presidente de*

uma junta de freguesia pertence, ou seja, quando na assembleia municipal se decida em relação à sua freguesia o presidente da junta deve considerar-se impedido enquanto membro da assembleia municipal. ----------

-----Fundamentação----------

-----Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) "Salvo o disposto no n.º 2, os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos: ----------

-----a) Quando nele tenham interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa". Como se vê da transcrita alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA, interesses próprios não são apenas os interesses da pessoa que intervém, mas também os de outra em relação à qual aja como representante. ----------

-----Também a subalínea iv) da alínea b) do artigo 4.º do Estatuto dos Eleitos Locais dispõe que "No exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios: (…) ----------

-----b) Em matéria de prossecução do interesse público: (…) iv) Não intervir em processo administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado, nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa (…)". ----------

-----Perante este quadro legal, entende-se que, quanto à intervenção de um presidente de junta de freguesia na/enquanto membro da assembleia municipal que integra, quando esteja em causa a atribuição de um subsídio à sua própria freguesia, existe um impedimento por se encontrar em conflito ou potencial

conflito de interesses, na medida em que representa simultaneamente o órgão que beneficia do subsídio. ----------

-----*O mesmo se conclui quanto à intervenção em contrato interadministrativo de delegação de competências entre ambas as pessoas coletivas a cujos órgãos o presidente de uma junta de freguesia pertence, ou seja, quando na assembleia municipal se decida em relação à sua freguesia o presidente da junta deve considerar-se impedido enquanto membro da assembleia municipal. Com efeito, em qualquer acordo de vontades, seja de pessoas individuais, seja de pessoas coletivas, como é o caso do contrato interadministrativo para delegação de competências, há por natureza mais que uma contraparte e interesses contraponíveis, não se podendo representar em simultâneo os dois polos, pois que a imparcialidade é também a parcialidade na representação de cada um dos interesses, ou seja, quem representa uma das pessoas coletivas públicas tem que representar os interesses públicos que estão confiados a essa pessoa coletiva e não os de uma outra que porventura também represente."* ----------

-----Interveio o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, dizendo que as juntas de freguesia não eram dos presidentes de junta, mas sugeriu que aquela interpretação fosse aplicada no Município de Mira nas mais diversas áreas e perante aquela interpretação a lei tinha de ser igual para todos.

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que começou a sua intervenção pelas obras na Av. Cidade de Coimbra e junto à escola, na Praia de Mira dizendo que não tinham (CHEGA) nada a questionar, pois, acreditavam e confiavam que os técnicos fizeram um bom trabalho e que asseguraram as cargas e descargas bem como trânsito de veículos em modo de emergência estava devidamente acautelado, questionou se as árvores ali existentes não podiam ter sido replantadas em outro local. ----------

-----Questionou qual era o ponto de situação da ETAR das cochadas e se havia garantias que a inova não podia voltar a sobrecarregar o nosso sistema. Aludiu

para o dever de informar os presidentes de junta que iam ter saneamento e onde ia ser ligado em alta. ----------

-----Questionou pelo acordo feito às associações "Montar para Viver" e "Varandinhas de São Bento", a primeira era um terreno a outra era um sítio para arrumos, principalmente. Sugeriu que uma vez que a CMM adquiriu três casas florestais não lhe ficava mal construir uma sede para aquelas situações. --------

----- Abordou o tema das AEC´S e do seu início tardio e achava por bem encontrar uma solução mais estável. ----------

-----Qual era o tratamento e o enquadramento da nova estação arqueológica e qual era a situação das outras três estações já existentes (Ermida, Corticeiro de Baixo e Cabeço de Mira). ----------

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** (PS) que resumiu o número de reuniões de Assembleias Municipais (cinco ordinárias e duas extraordinárias) bem como as horas de inicio das mesmas (iniciarem cedo). Fez referência ao artigo 32º do Regimento em que dizia que o início daquelas reuniões eram preferencialmente, às dezoito horas. Voltou a fazer referência, ao excesso de pontos que cada agenda/ordem de trabalhos tinha, pois, era impossível estar preparado e com cabeça na Assembleia durante tanto tempo. Disse não perceber o porquê daquela situação. ----------

-----Interveio o **Sr. Gabriel Pinho** (PSD) que cumprimentou todos e começou a sua intervenção pelo tema das festas anuais nas mais diferentes freguesias do Concelho. Sensibilizou o executivo, para o facto de não haver voluntários para realizar as mesmas, pelos mais variados motivos. Disse ainda, que antigamente a CMM dava algum contributo monetário para as festas, mas que atualmente não o fazia, por isso, sugeriu que as a isenção das taxas para as respetivas festas. Voltou a sugerir o autofinanciamento do "touring" por exemplo com o parque de estacionamento que têm ao lado do campo, achava que podia ser uma ajuda para aquela ou outra associação do Concelho. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que as árvores na Av. Cidade de Coimbra não foram cortadas, foram recolocadas em outros locais. O ponto da ETAR das cochadas era que estava a obra para ser consignada, o próprio Secretário de Estado queria vir assinar o auto de consignação. Quanto a ligação em alta (no Seixo) estava para ser adjudicada. Quanto à Inova, o que estava acordado pelas partes era o funcionamento de todas as ETAR´S. Quanto às associações, "Montar para Viver" já tinha sido feita a escritura de justificação do terreno e em breve seria a da doação. Quanto ao rancho iam reunir-se para chegar a um entendimento. Quanto às AEC´S o Vereador Artur responderia. A nova estação arqueológica junto às obras do cemitério, não teve que ter parecer da Direção Geral do Património ao contrário da obra da igreja que teve de o ter. ----------

-----Salientou que não tinha problemas em realizar uma reunião de Assembleia Municipal por semana, mas, se havia dezanove pontos era porque os serviços estavam a trabalhar. Aquela realidade não era somente ali, mas também nas mais diversas Câmara pelo país. Solicitou contribuições de outros métodos que quisessem aplicar. Mais disse, somente em caso de necessidade solicitava ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal reuniões extraordinárias. ----------

----- Em relação às festas das freguesias, disse que havia taxas que eram cobradas, mas, não eram camarárias, tais como, SPA - Sociedade Portuguesa de Autores. Relembrou que havia apoios em questões logísticas, tais como, grades, brindes, entre outros. ----------

----- Tomou o uso da palavra o **Sr. Vice-presidente** cumprimentando todos e confirmou que as AEC´s estavam muito atrasavas. A quando da transferência de competências na área da educação, foi feito protocolo com o Agrupamento de Escolas e achava-se que as AEC´s pudessem ser tratadas pelo mesmo, mas veio um parecer onde constava que tinha de ser a CMM a tratar das AEC´s. Perante aquela situação e como a CMM já não tratava daquele assunto há muitos anos, foi um processo difícil de ser executado. Naquele momento já

estava tudo pronto para começarem as AEC´s, no entanto, como tinham estado a decorrer os ensaios para as escoliadas juniores achou-se por bem começar as mesmas no início do segundo período. ----------

-----Interveio o **Sr. António Gonçalves** (PS) que cumprimentou todos e dizendo que no mandato do Dr. Mário Maduro (2001 a 2005) foram efetuadas algumas obras para substituição das condutas de água, no lugar de Portomar, mas, até ao momento as mesmas estavam por concluir, gostava de saber o porquê. -----

-----Interveio o **Sra. Marta Silva** (PSD) que cumprimentou todos e relembrou que fazia naquele dia um ano e um mês que aquele executivo teria tomado posse, teceu várias considerações acerca do trabalho desenvolvido até então e fez referência algumas delas, tais como, regresso da Motonáutica, obras de pavimentação e alargamento da estrada Florestal número um, entre outras/os. Opinou dizendo que se deveria refletir se havia ou não melhorias no concelho desde dois mil e doze. ----------

-----Interveio o **Sr. Eurico Martins** (PS) que cumprimentou todos e começou por falar da segurança rodoviária, relembrando que havia sido feito um empréstimo para alcatroamento e que pelo que se apercebia, iria ser feito outro, mas, os buracos na estrada estavam por todo o lado. Sabia que a Estrada Nacional não era da jurisdição da CMM, no entanto, questionou se havia pressão por parte da autarquia por causa do pavimento em que se encontrava aquela estrada na nossa zona. ----------

-----Voltou a fazer referência aos caixotes de lixo, ou seja, à não fixação dos mesmos pois, continuavam a ir para o meio das estradas. ----------

-----Achava que as candidaturas eram importantes, no entanto, nem todas elas eram financiadas a cem porcento e deu como exemplo a Vala da Corga, estava melhor, mas o problema de fundo continuava lá (maus cheiros) e das tampas de saneamento continuavam a sair detritos. ----------

-----Questionou como estava o projeto do centro de recolha animal e do centro da lentisqueira, ambos fizeram parte do orçamento participativo. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que desde a sua tomada de posse foram ligadas as condutas do Casal de Sobreiro, Rua de baixo, o Cabeço de Mira, faltava a rua Dr. João Simões Cúcio e logo que possível ligar- se- ia a rua referida pelo Sr. António Gonçalves. ----------

----- Agradeceu as palavras da Sra. Marta Silva. ----------

-----Relembrou que o empréstimo para o asfaltamento tinha sido em dois mil e dezanove, iria ser feito outro, mas não se conseguiria pavimentar as estradas de todo o Concelho, obviamente. Disse ser defensor da criação de um fundo próprio para aqueles fins, até mesmo que fosse através de uma linha BEI – Banco Europeu de Investimentos, com valores de empréstimo mais barato para as autarquias. ----------

-----Quanto à Estrada Nacional 109, disse que as autoridades eram alertadas com frequência, bom como, a importância da redução das portagens na A17. -

-----Concordou que a situação dos caixotes do lixo tinha de ser resolvida. -------

-----Os projetos co- financiados como a Vala da Corga, e a situação a que o Sr. Eurico tinha chamado atenção nada tinha a ver com a obra, mas sim com as ligações indevidas feitas pelas pessoas ao longo dos anos. Disse ter estado lá pela hora do almoço e disse que em alturas de cheias/chuvas tinha funcionado bem. ----------

-----O Centro de Recolha Animal era somente as ligações elétricas que faltavam para a obra ficar pronta. Em relação à Lentisqueira, disse já tinha sido pago a execução do projeto, a obra em si, teriam os próprios de se candidatar a fundos, por exemplo. ----------

-----Interveio a **Sra. Clara Clemente** (PSD) que cumprimentou todos e enalteceu o trabalho feito pelos militares, estrada do canal com ligação ao areão. Comprova-se o bom trabalho pois em dias e semanas de chuva como as que haviam estado, a Barra em outros tempos estava com água até à estrada. -----

-----Na parte norte e sul do Poço da Cruz havia um lago totalmente tapado com tudo o que era vegetação e de todo o tipo de lixo, questionou o se não havia possibilidade de o limpar. ----------

-----A nível de saúde, referiu que após a extensão de saúde da Barra ter fechado era complicado às pessoas mais velhas (e sem familiares para apoio) dirigirem-se à extensão da Praia de Mira, questiona se havia algum apoio que se pudesse dar aquelas pessoas. ----------

-----Interveio o **Sr. Carlos Nora** (PS) que cumprimentou todos e falou acerca da chuva que se apanhava na nova bancada do Estádio Municipal, não sabia o que se podia fazer, mas alguma coisa na sua opinião tinha de se fazer. Na primeira bancada era difícil de ver alguma coisa por causa do gradeamento que estava à frente, também que devia ser analisada aquela situação. O relvado estava em muito mau estado a necessitar de manutenção rápida. ----------

-----Questionou se o subsídio relativo ao ano de dois mil e dois já tinha sido pago às Associações. ----------

-----Interveio o **Sr. Manuel Inocêncio** (PSD) que cumprimentou todos e questionou qual era o ponto de situação da transferência de competências na área da ação social. Quando estava previsto a intervenção no Centro de Saúde de Mira. Frisou o mau estado em que se encontravam as estradas e o próprio ajudava a identificar algumas se necessário. Aludiu para o facto da zona envolvente do Montalvo estar cheia de lixo e que havia necessidade de uma intervenção. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que ia averiguar a situação da limpeza do lago na Barra de Mira/ Poço da Cruz. Relativamente ao transporte, ia ser avaliado juntamente com outros (presidentes de junta, taxistas) o *SIT Flexi* para tentar que o mesmo produzisse mais efeito. ----------

-----Disse que a intervenção da relva do Estádio Municipal estava prevista no orçamento, quanto à bancada, dado o tamanho da mesma com algum vento é sempre mais suscetível a ficar-se molhado. Os pagamentos às associações iam

tentar ser pagos nas próximas semanas, sabia que era uma situação complicada para as mesmas. No entanto, ia-se dando apoios pontuais a algumas solicitações por parte das Associações. ----------

-----A transferência de competências na área da ação social estava prevista para o próximo mês de abril. Quanto às obras do centro de saúde, tinha sido submetida a candidatura PRR e esperava que a mesma viesse aprovada para iniciar todo o processo para que se conseguisse fazer a obra. Quanto às estradas já abordou esse tema e voltou a referir que havia um plano para a pavimentação das mais urgentes. Quanto ao Montalvo tinha de ir ao local verificar para depois poder haver intervenção. ----------

-----Interveio o **Sr. Joao Luís Pinho** (PS) que cumprimentou todos e começou por falar das empresas que rasgavam as estradas e depois só lhe colocavam "tubna" e ficava assim. ----------

-----Falou o extenso número de pontos que a Assembleia tinha e um deles era o orçamento, um ponto extremamente fundamental e que tinha de se votar em consciência. ----------

-----Teceu algumas considerações acerca da importância da sustentabilidade e sugeriu que o executivo se debruçasse mais sobre esta prática para que outros possam seguir. ----------

-----Interveio o **Sra. Telma Salvador** (PSD) que cumprimentou todos e começou por parabenizar a CMM, pelos três protocolos celebrados no âmbito da recuperação das três casas florestais (Videira, Poço da Cruz e Fojo), pela requalificação energética da Piscina Municipal através de um fundo comunitário.

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) que cumprimentou todos e passou a dizer o seguinte: "*Caros colegas deputados, mesa da Assembleia e Executiva Municipal. Atendendo a que cumprimos um ano de mandato, se me permitem, gostaria de aqui e agora tecer umas breves considerações acerca do funcionamento deste órgão deliberativo do município de Mira. Aqui, porque considero ser este o local próprio para a intervenção política. Antes de mais,*

gostaria de realçar a cortesia, que de uma forma geral, tem prevalecido nestas sessões. ----------

-----Como já referi noutra altura, todos e cada um de nós está aqui com uma intencionalidade. E é natural que essa intencionalidade condicione a ação de cada um de nós. Esforço-me por ter sempre presente aquela frase de Voltaire "Não concordo com o que dizes, mas defenderei até à morte o teu direito de o dizeres". Esforço-me, também, que os valores de abril, ou seja, os pilares da democracia, estejam presentes no decorrer destas sessões e, naturalmente, no dia-a-dia. Julgo, que de uma forma geral, temos dado exemplos de cidadania. ---- Os tempos mudaram e as sociedades evoluíram. ----------

-----Todos e cada um de nós está aqui, ou deve estar, para contribuir e defender o melhor para o nosso concelho. Não o interesse pessoal.----------

-----Até nos podemos enganar, errar é humano, mas só erra quem faz.----------

-----Sabemos e compreendemos que a oposição critique quem está no poder. ---- Que por vezes vote contra, apenas e só, por motivos políticos (até contra a sua opinião pessoal). ----------

-----Que a bancada do partido no poder apoie o seu executivo, que lhe manifeste as suas opiniões em privado e desta forma contribua para a melhoria do seu desempenho, é o que se espera. Mais uma vez, é a democracia a funcionar. -

-----Contudo, nós, bancada do PSD, já aqui fizemos alguns reparos/sugestões ao executivo. E a oposição também já teve momentos de elogios, por vezes tímidos. ----------

Caros colegas deputados, permitam que diga que até aqui e no geral, temos dado um exemplo de democracia adulta. ----------

-----É claro que este ambiente só é possível porque temos no executivo municipal pessoas que têm um projeto para o concelho, sabem o que querem, mas estão, sempre, recetivos a sugestões, a estabelecer consensos. Pessoas que tratam a oposição com consideração e respeito. Pessoas que não têm

problemas em dizer "se fosse agora fazia diferente". Um executivo dinâmico e renovado.----------

-----Após estas considerações, gostaria de deixar aqui registado o bom gosto nas decorações de natal. O jardim da vila está, desculpem a expressão, um "must". O Bosque de Natal está soberbo. É a prova, que por vezes, menos é mais. A tradicional árvore de Natal, com a plataforma, está fantástica. Parabéns!

-----Agora um assunto que nos preocupa a todos. A chuva, ou seja, o excesso de chuva, num período curto de tempo. ----------

-----Gostaria de saber quais os estragos causados no concelho e alertar para a necessidade de intervenção rápida no piso de algumas estradas.----------

-----Obrigada"----------

-----Falou também, do número excessivo de pontos que a Assembleia Municipal tinha. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente** disse que quase não houveram questões, mas sim algumas considerações, tais como, o número excessivo de pontos do qual já tinha respondido e já tinha dito que estava "aberto" a sugestões para as Assembleias. ----------

-----Disse que o caminho foi longo quanto ao das casas florestais, mas que tinha valido a pena. A obra na Piscina estava a correr bem. Quanto os fundos comunitários teriam a oportunidade discutir o próximo quadro comunitário 2030 e aquilo que eram as opiniões de todas as bancadas. Quanto às restantes considerações disse que tomou nota. ----------

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)**: ----------**

----- PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento----------

-----Esclareceu o **Sr. Presidente da Câmara** que aguardava as questões e esclareceu que pelo menos a parte financeira se mantinha nos parâmetros normais (pagamentos, compromissos, etc). ----------

-----Tomou o uso da palavro o **Sr. Eurico Martins** (PS) que apontou a página 28, a reflorestação dizendo que era um projeto muito importante. Passou à página 58, que falava sobre as "regas", achava que podia haver ajustes depois das chuvas que houveram. Na página 66, ação social, disse que às vezes teria de se sair dos gabinetes para perceber o que estava ao nosso redor e dar uma "mãozinha" uma companhia a quem mais precisava, tais como, acompanhar quem vai a consultas sozinho/a. ----------

-----Questionou qual era o ponto de situação do "Átrium", quando estava pronto para abrir ao público. ----------

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) que questionou na página 9, comunicações ao Ministério Público, queria perceber o que se tratava. Página 11, na parte do contencioso, Veiga e Moura Associados, qual era o valor que o município pagava e que tipo de contrato é que tinha com empresa. Sabia que não podia obter aquela resposta de imediato, mas gostava de saber quantos processos a CMM durante os seus mandatos já tinha ganho e perdido até ao momento e os valores que já tinha sido "obrigado" a pagar. Falou que havia dois processos com o Sr. José Lages, queria entender o que eram uma vez que nunca tinha percebido o que se tinha passado. Na página 13, havia alusão a uma construção de estrutura de madeira junto à margem Nascente da Lagoa de Mira, o que se passava naquele processo. Na página 12 aparecia um processo em que o município era réu sobre um autor de João Lopes, no qual tinha sido chamado a depor como testemunha, e para seu espanto já tinha saído a sentença e a CMM tinha de pagar nove mil euros de indenização por causa de buraco mal sinalizado, a notícia estava no Diário de Coimbra. Disse não compreender que, aquela situação tinha ocorrido em 2016 e nos dias que

corriam, a degradação do piso (estrada Canal) estava igualmente em mau estado. ----------

-----Referiu o mau estado em que se encontrava, o estacionamento ao lado do Touring e que havia necessidade de intervenção. Na sua opinião, depois de gasto tanto dinheiro a fazer um estacionamento e ele se encontrar da forma que estava, achava que se estava melhor antes das obras, pelo menos assim não se tinha gasto tanto dinheiro. ----------

-----Na página 28, contratos públicos, nomeadamente, terapeuta da fala e psicóloga, se havia necessidade o de andar sempre arrastar processos com aquisições de contratos pontuais. Disse não entender como é que se contratava tanto pessoal e depois sendo eles afetos a outros serviços, ter-se-ia de contratar uma terceira pessoa para fazer o trabalho que outros deviam desempenhar. ---

-----Na página 54, pagamentos em atraso não havia, no entanto, deu o exemplo do atraso de pagamento às associações, que embora não estivesse registado todos sabiam que era um pagamento em atraso. ----------

-----Saudava a intervenção dos Militares, mas, se tivesse sido feita mais atempadamente, tinham ajudado mais os Sapadores e alguns técnicos da CMM a desimpedir os cursos hídricos. ----------

-----Em relação à extensão de saúde da Barra, o seu encerramento foi adotado, foi assumido, mas lamentava que tivesse havido uma reunião com os populares para a colocação das UPAS na antiga escola e quanto ao encerramento houve reunião, mas não tinha sido para todos, deu o exemplo do senhor presidente da Assembleia de Freguesia da Praia de Mira que era natural da Barra e não teve conhecimento bem como ele próprio. ----------

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (Chega) relembrando que no dia seguinte ia haver escoliadas do 1º ciclo e questionou qual era a lotação do “Átrium”. -----

-----Interveio a **Sra. Clara Clemente** (PSD) que quis clarificar que a extensão da Barra de Mira foi encerrada muitíssimo antes, das UPAS irem para aquele local.

Frisou que todas as pessoas da Barra foram avisadas daquela reunião, só não compareceu quem não tinha querido. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** que ressalvou a importância da reflorestação para a CMM e que já havia solicitado mais área para reflorestação. A questão das regas, os serviços já estavam a acautelar aquela situação embora pudesse acontecer alguma ligação pontual, mas, era de imediato retificada. Quanto à área social, concordava e tomou nota o que havia sido dito pelo Sr. Eurico. Quanto ao "Átrium" pensava que em março já estava concluído e que a lotação era cerca de 250 lugares. ----------

-----A questão entre o dever, a receber e processos não tinha aqueles dados consigo. ----------

-----A página 9 era referente a um processo de falsas declarações por parte de um engenheiro. O município pagava ao escritório Veiga e Moura Associados, 1200 euros mais iva. O processo José Lages já se arrastava desde as eleições de 2017 onde tinha sido feita uma denúncia (anónima) crime que tinha sido arquivada e que havia dois processos um da CMM e ou do Sr. José Lages. A página 13 era relativa ao Sítio do Cartaxo, pois foi construído sem pareceres, mas já estava arquivado (pelo que os serviços lhe estavam a dizer naquele momento). O processo do Sr. João Lopes, independentemente das notícias que saíram, ainda se estava em prazo de recorrer pois a sentença não tinha transitado em julgado. Acerca de indemnizações pagas, informou que acerca de 3 ou 4 anos havia seguro de responsabilidade civil para aquele tipo de acidentes.

-----O estacionamento ao lado do Touring, estava em garantia de obra e o empreiteiro ou o projetista tinha de se responsabilizar. Quanto à redução, só havia autorização para estacionamento em 1 hectare. ----------

-----Os serviços da psicóloga e terapeuta da fala não era obrigatório o Município ter, mas, eram financiados pelo programa de combate ao insucesso escolar da CIM, projeto Realiza-te. ----------

-----Esclareceu que o não pagamentos em atraso não queria dizer que não se devia às pessoas, cumprir-se-ia era o prazo dos pagamentos. ----------

-----Quanto aos militares, já era a segunda vez que estavam por cá, no entanto, o ritmo de execução dos trabalhos não era o desejado, mas, já tinham tido influência aquando das "chuvadas" que houveram. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Tomado conhecimento. ----------

----- PONTO DOIS: Aprovação do orçamento e plano orçamental plurianual, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2023, nos termos do disposto no artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação ----------

-----Para explicação do ponto, o Sr. Presidente da Câmara usou uns slides (power point, poder-se-á ver/ouvir na gravação). ----------

-----Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (Chega) salientando que o orçamento 2023 era superior ao 2022 em 4 milhões 55 mil 808 euros, as principais razões estavam projetos co - financiados e delegação de competências. Achava que o orçamento podia ter sido mais arrojado, no entanto, com a conjetura atual restava esperar por uma boa taxa de execução. Teceu considerações do valor de receitas não efetivas, delegações de competências entre outros. Ressalvou que nenhuma proposta do Chega tinha sido levada em consideração, no entanto, o Chega estaria atento e tomava aquela decisão em conta. ----------

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** (PS) dizendo que leu até à página dois e que ao deparar-se com aquele parágrafo *"Queremos continuar esta dinâmica de trabalho desenvolvido, de investimento, de proatividade, de confiança, fazendo sempre Mais e Melhor por todos os Mirenses.*" Com aquele parágrafo, disse que evitava de se debruçar sobre o orçamento e que a sua posição e da sua bancada continuava a ser contra como havia sido até ali. Desafiou o Sr. Presidente a destacar 5 obras/projetos/temas daquele orçamento. ----------

-----Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) que deu primazia ao seguinte, relativamente, aquele ponto: "*Permitam que cite uma frase de Sun Tzu "As oportunidades multiplicam-se à medida que são agarradas".* ----------

-----Parece-me que descreve com exatidão o desempenho deste executivo e, em particular, a forma de agir do nosso presidente Raul, há 9 anos à frente desta autarquia, sempre muito bem assessorado. ----------

-----A preocupação de dotar o concelho de um conjunto de infraestruturas necessárias, funcionais e sustentáveis e para isso estar sempre atento às candidaturas a fundos comunitários tornam possível que Mira se vá apresentando como um concelho atrativo para viver e trabalhar. ----------

-----As contrariedades e condicionalismos da pandemia e guerra da Ucrânia, e consequentemente aumento do custo dos combustíveis e outros bens que se repercutem na elaboração e execução orçamental, não os fazem baixar os braços. ----------

-----A preocupação com o bem-estar da população, em especial, os mais desfavorecidos, também está patente neste orçamento, nomeadamente, na taxa de IMI reduzido. ----------

-----A evidência no rigor das contas, o cumprimento dos compromissos assumidos, são apanágio dos seus orçamentos. ----------

-----O aumento da despesa com pessoal também está patente neste orçamento, consequência de diversos fatores, nomeadamente, transferência de competências e progressões nas carreiras. Sei, que por vezes, parece haver um certo gosto na sociedade em criticar o número de funcionários e os seus vencimentos. Mas, também, são esses os primeiros a criticar quando vão a um serviço e não são prontamente atendidos e com a rapidez que desejam. Meus senhores, permitam-me a expressão "não se faz omeletes sem ovos". Necessitamos de recursos humanos suficientes e motivados. Uma autarquia com mais competências necessita de mais funcionários. Não se pode comparar

com as necessidades de há 20 anos atrás. Tudo tem de estar de acordo com as necessidades da sociedade atual. ----------

-----*Um orçamento planeado para o desenvolvimento do concelho, para o bem-estar das famílias, com rigor e transparência.* ----------

Por estes motivos, confiamos e votamos favoravelmente." ----------

-----Ressalvou ainda a importância da avença feita com a terapeuta da fala contratada assim, pela CMM. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu ao Chega pelas proposta e contributos que havia dado para aquele orçamento. Disse que tinham sido acomodadas algumas do âmbito, ecopontos domésticos ou compostagem doméstica, bio resíduos, recuperarão centro de saúde, pavimentação e construção de passeios, etc. Outras seriam da competência das juntas tais como, fontes/fontanários, de resto pensa ter respondido a nível orçamental na apresentação do ponto. ----------

-----Referiu que era fácil enumerar cinco obras, e frisou que estavam em todos os seus programas eleitorais e plano de ação estratégico (menos uma) e que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal, a que não estava, era a reflorestação (primeira) pois só passou a existir depois dos incêndios e era de uma importância extrema; a segunda, saúde e consequentemente, a recuperação do Centro de Saúde; terceira, educação e aí entraria a obra de requalificação da Escola Secundária, quarta, Polo I (ampliação) e quinta, Montalvo, estas últimas eram impulsionadoras de emprego entre outras coisas. A seu ver, ninguém era contra aquelas obras dada a sua importância. ----------

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** (PS) dizendo que era óbvio que ninguém estava contra as obras referidas, o voto contra da sua bancada era sim, pela linha orientadora que aquele executivo tinha. Frisou que no plano de ação estratégico estaria somente a ampliação do Polo I e o Montalvo. A Educação e a Saúde eram óbvias que tinha de estar, mas as obras que estavam para se realizar era graças a oportunidades que surgiram (candidaturas). ----------

-----Interveio o **Sr. Carlos Nora** (PS) dizendo que gostava de ver no orçamento, uma praia fluvial (Barrinha, Casal São Tomé, Lagoa) em alguns daqueles sítios. Não percebia o porque de se prever menos receita nos parques de campismo.

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) começou segundo o próprio pela história do *Superávite,* receita corrente que era simplesmente uma engenharia financeira bem-feita, mas que também lá podia ter a frase a seguir que era de, termos um défice na parte de capital de 508 mil euros. Na sua opinião aquele tipo de coisas não devia aparecer porque só servia para confundir. ----------

-----Os fundos comunitários como era óbvio tinham de ser a base de muita parte do que se fazia em termos de obras e de investimento de capital, mas não achava ser um elogio ao Municipio dizerem que conseguem muitas aprovações. Achava que se gastava muito dinheiro mal a gasto e havia uma gestão pouco profissional e rigorosa no que era os recursos que tinham à disposição. ----------

-----Disse que durante anos o PS deu propostas detalhadas, mas elas nunca eram incluídas na maioria. Referiu duas das propostas que foram: não endividar mais a CMM e elencarem uma obra por cada localidade do Concelho. Fez referência ao programa televisivo que veio às festas de São Tomé e o que o mesmo transmitiu alguns sítios/pessoas, para mostrar o nosso Concelho. De tudo o que tinha aparecido, e enumerou alguns/as, disse que a *casa gandaresa* tinha sido a única obra do Sr. Presidente, todo o resto não. ----------

-----Disse não ter criticado a contratação da terapeuta da fala, pelo contrário, achava que era uma necessidade e realçou que o governo financiava em 85% aquela medida. Questionou as rúbricas 04050102 e 08050102 que dizia respeito a Freguesias e não havendo naquele momento transferências correntes e de capital direto que tivesse conhecimento gostava de saber o que eram. ----------

-----Aludiu para um erro, pensava ele na página 227 quanto ao número de técnicos superiores. Mais à frente vê uma vaga para técnico superior administrativo, outra seria de arquitetura, não entendia o porquê da necessidade daqueles postos. ----------

-----Concluiu que havia muita incongruência naquele orçamento e questionou se havia 5 obras para a sua freguesia. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** começou por explicar que as transferências para as juntas de freguesia (acordes de transferência de competências) eram via DGAL, no entanto, tinham de estar registadas daí o valor naquelas rúbricas. ----------

-----Explicou que os lugares excedentes no mapa de pessoal não estavam todos cabimentados. Quanto ao lugar de arquiteto, a necessidade era para a elaboração de candidaturas. ----------

-----Quanto ao à questão de engenharia técnica financeiro do *Superávite,* havia o saldo de gerência no final, ou seja, em abril de 2024 se fazia as ilações relativamente aquela técnica. ----------

-----Disse que ia tecer algumas considerações de caráter político, tais como, criação de emprego, ampliação da Zona Industrial do Polo I, do Montalvo (que tinha tendência a crescer e já com condições para receber mais empresas), qualidade de vida era o que se pretendia dar às pessoas de cá e as que poderiam vir daí querer oferecer melhores escolas (educação) e cuidados de saúde. Aquela seria a estratégia e era o que estava explanado no seu programa eleitoral. ----------

-----Elucidou todos dizendo que 80% da despesa pública do Estado era segurada por fundos comunitários. Os mesmos eram uma oportunidade e fundos de coesão, fundos sociais e eram de apoio. Se haviam as oportunidades, tais como, requalificação energética da piscina municipal, para ampliação da zona industrial, requalificação do centro de saúde, entre outros, tinham de ser aproveitadas. Frisou que as cinco obras que tinha enumerado anteriormente, eram de coesão/estruturais e eram para todo o Concelho. ----------

-----Aludiu para a diminuição da dívida e deu o edifício onde estavam naquele momento, *Mira Center*, aquando da sua entrada na Câmara Municipal a dívida ao Banco de Portugal era de 380 mil euros, tinha-se um passivo de 1 milhão e

700 mil euros que consolidava com as contas da CMM. Conseguiu-se diminuir o passivo em 600 ou 700 mil euros do edifício *Mira Center*, diminui o passivo do Município, para melhor análise tinha os gráficos consigo. Assumiu desde logo, que ia ser pedido aquela Assembleia autorização para contração de um empréstimo de investimento capital, as obras dos passeios e "alcatrão" não eram financiadas por fundos comunitários logo o recurso só poderia ser através de empréstimo. ----------

-----Quanto à praia fluvial, aludiu para o pacto de desenvolvimento e coesão territorial, tinha a preservação do património natural e património cultural e foi feito entre Municípios e deveria ir aquela Assembleia uma proposta de um projeto requalificação das Margens da Barrinha, das Margens da Lagoa, não esquecendo que havia as questões ambientais da Barrinha (devido à água). ---

-----Interveio o **Sr. João Luis Pinho** (PS) disse que relativamente ao orçamento que sinceramente, orçamentar era uma gestão própria de quem tinha a cargo a função de gerir o município, no entanto, sugeria que houvesse um representante de cada bancada a fazer aquelas sugestões previamente e presencialmente. Disse que nunca iria criticar as questões de postos de trabalho, pois atrás de cada pessoa havia uma família. Por outro lado, pensa que se perdia um pouco a direção naquele orçamento e que se andava muitas vezes em "zig zag" quando se podia ir em frente para o resultado vir de uma forma mais rápida. Aludiu para a falta de "estratégia" na Lagoa de Mira, uma vez que era das mais populosas do Concelho. Aquele orçamento não era de certeza um orçamento que o Partido Socialista iria apresentar, mas a sua bancada estava ali eleita como órgão fiscalizador. Frisou que todos estavam ali para o melhor do Concelho. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que o processo de elaboração do orçamento era evolutivo. Concordava com uma reunião prévia com os membros da oposição para discussão do orçamento. Informou que muitas vezes não era tornado publico alguns projetos porque depois não passavam disso mesmo. Explicou rapidamente que havia sido entregue um

projeto juntamente com Cantanhede e Figueira da Foz, no âmbito de *lagoas costeiras* onde a Lagoa estava incluída, mas teriam de esperar embora já tinha sido entregue ao governo. Ainda relativamente à Lagoa, havia pretensão de se fazer mais obras a nível no saneamento. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 2 foi aprovado por maioria, 8 votos contra PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

-----Declaração de voto CHEGA, **Sr. Augusto Miranda** disse que a abstenção teria sido devido a algumas das suas propostas terem sido tomadas em conta, todavia, havia a de 25 de novembro relativa à educação que era pena não ter sido. ----------

-----Declaração de voto PS, **Sr. Paulo Grego** que passou a ler o seguinte: -----

-----*"Estamos perante um orçamento, que naturalmente, traduz e materializa a estratégia, ou a falta dela, da maioria que governa a câmara municipal.* ----------

-----*Uma vez mais, não encontramos paralelismo na ação nem nas propostas com o programa eleitoral que apresentámos nas últimas eleições e continuamos a defender.*----------

-----*Estamos em total desacordo com a linha de financiamento seguida por este executivo. Não podemos concordar com uma política de endividamento continuo e crescente, que a breve prazo irá hipotecar os destinos do nosso Concelho.* ---

-----*Continuamos sem vislumbrar neste orçamento e opções do plano, soluções para equilibrar a balança comercial do município, não são apresentadas soluções nem propostas que capitalizem receita, apenas propõem recorrer ao financiamento e ao endividamento.* ----------

-----*Por outro lado, é evidente o desnorte na linha de ação, continuamos sem um fio condutor que seja fácil de identificar e prever para onde caminhamos…* ------

-----*Não se encontra nada de relevante ao nível da política ambiental, da política social, da capitalização do turismo, de uma política direcionada para a juventude, entre outos pilares basilares numa gestão autárquica.* ----------

-----Para além do já habitual populismo e demagogismo ficamos com um orçamento que não é estruturante nem serve os destinos do nosso Concelho.--

-----Face ao já referido, os deputados eleitos pelo Partido Socialista nesta Assembleia Municipal votam contra esta proposta de orçamento e opções do plano para 2023." ----------

----- PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do nº. 1 do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do protocolo celebrado com a Junta de Freguesia do Seixo, para limpeza da Zona Industrial de Mira e Zona Industrial de Mira – Polo II.----------

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, relembrando que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo não votava aquela proposta segundo a nota que haviam recebido da DGAL. ----------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que aquela proposta era semelhante à de anos anteriores nos mesmos termos e áreas. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 3 foi aprovado por maioria, 9 abstenções PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

----- Declaração de voto CHEGA, **Sr. Augusto Miranda** disse não ser nada contra a freguesia do Seixo, mas acha que tinha de haver equidade para as quatro freguesias do Concelho. ----------

----- Declaração de voto do PS, **Sr. Francisco Reigota** disse que a abstenção nada ter haver com o Seixo, era uma injustiça perante outras freguesias, havia uma avaliação de território desigual. Havia uma proposta feita pela freguesia da Praia de Mira há mais de um ano e até aquele momento aguardava resposta. "Havia dois pesos e duas medidas", disse. ----------

-----PONTO QUATRO: Alteração do plano de investimentos 2021/22 – ABMG ----------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que aquela alteração era devido a alguns investimentos já terem sido feitos e que havia a necessidade de uma alteração ao plano/mapa de investimentos, podia verificar-se nos documentos (anexo 3) para que o mesmo pudesse ir para aprovação. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 4 foi aprovado por maioria, 8 votos contra PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

-----Salientar que a Sra. Telma Salvador (PSD) não votou devido ao conflito de interesses. ----------

-----PONTO CINCO: Aprovação de memorando entendimento cluster energético de Mira, nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação----------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que aquele ponto estaria ligado ao ponto seguinte e pediu para fazer uma breve apresentação (projeção power point) dos mesmos. A mesma pode ser verificada através da gravação. De qualquer forma, era uma empresa que pretendia instalar-se em mira no âmbito painéis fotovoltaicos e com torres eólicas. O projeto tinha três fases. ----------

-----No ponto seis era a declaração de interesse público municipal porque tinha de aprovar uma declaração de interesse público para retirar os terrenos da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. pelo menos naquela primeira fase.

----- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) dando os parabéns ao executivo pela transparência e equidade em todo aquele processo. Questionou se a terceira fase do projeto (torres eólicas) estava dependente de alguma entidade tal como e segunda fase. Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que todas estavam dependentes de entidades. E tinha sido por sugestão dos vereadores do PS, nomeadamente, Dr. Licínio Palhavã, que era melhor avançar e contratualizar por fases o projeto. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 5 foi aprovado por maioria, 8 abstenções do PS, 1 a favor do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

----- Declaração de voto do PS, **Sr. Francisco Reigota** disse tinham noção de que quando as oportunidades apareciam tinham de ser aproveitadas. Não eram contra a área do projeto, mas suscitava dúvidas quanto à ocupação total daquela área visto que o projeto ia ser por fases e não havia certezas quanto à segunda e terceira. ----------

-----A fase de autoconsumo devia ser assumida inteiramente pelo promotor e a renda deveria ter sido mais alta. ----------

----- Declaração de voto CHEGA, **Sr. Augusto Miranda** afirmando que o projeto era uma mais valia para o Concelho e parabenizou o executivo pela transparência perante aquele projeto. ----------

----- Declaração de voto PSD, **Sra. Lurdes Mesquita** afirmando que o voto da sua bancada era positivo pois, projetos como aquele eram uma mais valia para o Concelho. ----------

-----PONTO SEIS: Declaração de interesse público municipal para a concretização de um cluster energético, ao abrigo da alínea r) do nº1 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 6 foi aprovado por unanimidade. ----------

-----PONTO SETE: Aprovação, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e alínea g) do nº 1 do 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do Regulamento Municipal de Segurança da Informação----------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que o regulamento era no âmbito da Ciber segurança. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 7 foi aprovado por unanimidade. ----------

-----PONTO OITO: Aprovação da delimitação de AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem), conforme previsto na alínea b), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.---------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que com a aprovação em 2020 do regime jurídico da reconversão da paisagem e com o objetivo de aumentar as áreas de pequenos que proprietários e agregar a área dos pequenos proprietários de forma a combater o minifúndio da forma também por sua vez a proteger o território e a poder-se fazer uma gestão melhor do território propunham ali a criação de duas áreas de gestão Integradas da paisagem para que pudessem definir e aqueles espaços para melhor intervenção. A proposta era o ponto seguinte. Pediu autorização à Mesa para o Dr. Ângelo Lopes explicar melhor acerca das áreas. ----------

----- Interveio o Dr. Ângelo Lopes explicando que tinham sido duas áreas de gestão submetidas, ou seja, Mira Sul e SeiPorMir. Essencialmente, o critério foi pegar todo o território que não era Urbano e que não era Florestal da área do perímetro e dividiram em duas parcelas com a divisória e a linha divisória foi na estrada nacional 234. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 8 foi aprovado por maioria, 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

-----PONTO NOVE: Delimitação de AIGP (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem) - Autorização para celebração de contrato de delegação de competências entre o Município e a CIM-RC, ao abrigo do disposto no n.º 1, alínea ccc) do artigo 33.º, conjugado com o n.º 1, da alínea k) do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.--

----- Questionou o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) se ia ser criada alguma entidade intermunicipal. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que não. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 9 foi aprovado por maioria, 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

-----PONTO DEZ: Integração de área, para acesso público, no domínio público municipal, nos termos do disposto da alínea ccc), do nº. 1, do artº. 33º., da lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. ----------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que era para poder integrar um caminho em caminho público, para poder resolver alguns problemas de licenciamento de operações urbanísticas. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 10 foi aprovado por unanimidade. ----------

-----PONTO ONZE: Nomeação de auditor externo, responsável pela certificação legal de contas do Município de Mira, nos termos do nº. 1, do artº. 77º. da Lei nº. 73/2013, de 03 de setembro. ----------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que era uma competência da Assembleia Municipal nomear o revisor oficial de contas. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 11 foi aprovado por maioria, 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

-----PONTO DOZE: Designação do fiscal único da empresa "Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. – ABMG", nos termos das disposições conjugadas do artº. 25º. e do nº. 3, do artº. 26º., da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, na atual redação e artº. 415º. do Código das Sociedades Comerciais. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 12 foi aprovado por maioria, 9 abstenções do PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

-----Salientar que a Sra. Telma Salvador (PSD) não votou devido ao conflito de interesses. ----------

-----PONTO TREZE: Apreciação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da execução do contrato de delegação de competências na CIM-Região de Coimbra para execução da "Eurovelo 1"----------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que a obra da realização do Eurovelo 1 era feita através de um contrato de delegação de competências na CIM, no entanto, quando havia trabalhos complementares ou a mais era necessário haver uma aprovação. Naquele caso eram trabalhos de pavimentação da estrada do Palheirão de cerca de setenta mil euros, pois houve necessidade de alargar a estrada e nesse sentido tinha de ser a CMM a pagar o remanescente.

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) dizendo que aquele ponto deveria ser aprofundado, mas com o adiantado da hora era complicado fazê-lo. Disse que aquele projeto deveria ter sido analisado há uns anos atrás aquando a sua aprovação. Enfatizou que ninguém era contra a rede europeia de ciclovias, no entanto, geraram-se oportunidades e o executivo aproveitou. Disse não ser contra os Fundos Comunitários era sim contra a obras mal projetadas e executadas. Na sua opinião havia obras que deviam parar e voltar a meter como estavam antes de começar os projetos. Deu como exemplo a estrada do Canal (praia de mira); a rua Dr. Manuel Estrela que não tinha projetado estacionamentos e nada disso tinha sido dito às pessoas para se fazer cumprir a lei, a GNR podia ir lá todos os dias multar carros (de moradores) bem como era complicado em tão poucos metros haver trânsito nos dois sentidos; na ponte que ia ser construída paralela à da Canhota naquele momento estava lá uma máquina a desobstruir logo, quando a ponte estivesse feita como o faziam depois; na Av. Cidade de Coimbra disse ser uma desgraça completa, achava estar enganado quando analisou o projeto. Era um "estrangulamento" da faixa direita e esquerda para passar haver uma só faixa de rodagem, passeio era escasso, não havia separador central no projeto, escoamento de águas,

saneamento, entre outros. Disse que o Município ganhava dinheiro se voltasse a meter a Avenida como estava antes. ----------

-----Interveio o **Sr. António Teixeira** (PS) dizendo que o depoimento que ia fazer era muito próprio. Começou por dizer que nasceu, cresceu e viveu junto à Av. Cidade de Coimbra e recordava-se no final dos anos 70 a avenida já começava a ser estreita para tanta afluência de carros no verão. Houveram alguns acidentes rodoviários entre eles um que vitimou o seu pai, desde ali que se" lutou" para que houvesse alargamento da via. Questionou o porquê da escolha daquela rua; o porquê de não avisar previamente aqueles habitantes e não ter sido colocado um placar com o projeto para lá; se foi feito algum estudo para veículos prioritários; escoamento e saneamento. ----------

-----Em resposta o **Sr. Presidente da Câmara** disse que no passado dia cinco de dezembro esteve em direto (facebook) a explicar todo a obra e colocou-se na disposição de responder a todas as questões que lhe colocassem. A obra Eurovelo 1 começava na Barra e ia até à Tocha. No Palheirão ia haver obras de pintura, lombas, sinalização, bem como, na estrada do Canal. Naquela mesma estrada, já havia dito ali que havia intervenções a serem pagas pelo Município.

-----A ponte que ia ser construída, informou que ficava afastada três metros da outra já existente, logo, dava para haver trabalhos entre elas. Quanto a estacionamento na Av. Cidade de Coimbra, disse haver um rasgo como se via que tinha de ser tapado para assim se poder estacionar melhor junto ao lancil. Quanto às águas pluviais, disse que tinha chovido imenso naquelas semanas e a informação que tinha por parte da fiscalização é que não tinha havido acumulação de água dos sistemas pluviais. ----------

-----Começou por informar que a pista do Eurovelo era a que tinha mais procura a nível europeu, havia agências de viagens a tratar disso mesmo logo no seu entender aquela pista tinha de passar pelo centro da Praia de Mira. Era onde estava a restauração, hotelaria, comércio. As faixas ali era uma e meia nunca duas, logo acautelou-se a redução de velocidade com intervenção nas faixas de

rodagem. Nunca se escondeu que ia haver obras da responsabilidade do Município. Disse ter falados com forças de segurança, Bombeiros, entre outros. Deu exemplo da Av. Da Barrinha em que os veículos de emergência passavam por lá e também era de uma só faixa de rodagem.----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 13 foi aprovado por maioria, 9 votos contra do PS, 1 abstenção do CHEGA e restantes votos a favor do PSD. ----------

----- PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação sobre emissão de parecer favorável ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental – estudo prévio "Fase III da Unidade Aquícola em Mira", de acordo com o previsto na alínea b), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação ----------

-----Explicou o **Sr. Presidente da Câmara** que era necessário a Assembleia Municipal emitir um parecer favorável para juntar ao estudo de impacto ambiental para a Fase III da Unidade Aquícola em Mira. Salientou que era um projeto importante para o Concelho.----------

-----Interveio o **Sr. João Luís Pinho** (PS) dizendo que era uma notícia do seu agrado e era boa para o tecido empresarial de Mira, relembrou que aquela era uma das empresas que mais faturava no Concelho. Era daquele tipo de investimentos que se queria para o Concelho. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Colocado à votação o Ponto 14 foi aprovado por unanimidade. ----------

-----PONTO QUINZE: Tomada de conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2023 e do Relatório de Execução do 1º Semestre de 2022 da ABMG, EIM, SA, ao abrigo do previsto no nº 1 do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Sociais) ----------

-----Naquele ponto o **Sr. Presidente da Câmara** destacou: o projeto da melhoria da água (o furo da Presa até Mira); pretensão de fazer mais um furo na Lagoa

por causa da redundância do próprio sistema; a ampliação de rede de saneamento na Lagoa e outros pequenos investimentos. ----------

----- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) dizendo que leu o que já havia lido em outros documentos. Disse ser comum naquela Assembleia os presidentes de junta do norte do Concelho perguntarem para quando saneamento e as respostas serem sempre as mesmas. Os investimentos em Mira eram muito residuais e eram praticamente a conclusão do que estava feito e a manutenção do que havia. Visto que em 2023 o investimento previsto para o Concelho de Mira já era conhecido, o ano de 2024 ia ser melhor ou pior, ficava a questão no ar. ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Tomado Conhecimento. ----------

-----PONTO DEZASSEIS: Alteração, por adaptação, do Plano Diretor Municipal de Mira à 3.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Praia de Mira, nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio - tomada de conhecimento ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Tomado Conhecimento. ----------

----- PONTO DEZASSETE: Assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da "Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais" - Tomada de conhecimento ----------

---------- VOTAÇÃO ----------

-----Tomado Conhecimento. ----------

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

O Presidente da Mesa

_____

(Nelson Maltez, Sr.)

O 1º Secretário

_____

(Luís Lavrador, Sr.)